

## **RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA PERIFERIA: ANÁLISE SOBRE INTERVENÇÃO URBANA COLABORATIVA NO BAIRRO TENONÉ, EM BELÉM, PARÁ**

**Kayan Freitas de Araújo<sup>1</sup>**

araujofkayan@gmail.com

**Alberto Patrick Cassiano Lima<sup>2</sup>**

albertopclima@gmail.com

**Fabiane Vieira Romano<sup>3</sup>**

fabioromano@gmail.com

**Verônica Garcia Donoso<sup>4</sup>**

veronica.donosofsm.br

### **RESUMO**

As intervenções urbanas colaborativas em Belém/PA têm maior incidência em bairros periféricos, onde os espaços livres públicos destinados ao lazer são exíguos ou encontram-se deteriorados, degradados ou sem função social. Portanto, a investida em ações colaborativas pode ser associada à mitigação de tais problemáticas urbanas alinhadas às necessidades e interesses da população. O bairro Tenoné, localizado na rodovia Augusto Montenegro, tem seu território caracterizado pela carência de equipamentos públicos de lazer e elevada sensação de insegurança, fatores que provocam intervenções de iniciativa popular com o propósito de ativar áreas ociosas e com potencial de ocupação para melhorar a qualidade do ambiente urbano. Embasado nisso, o artigo se debruça sobre a análise do processo de uma das intervenções urbanas colaborativas promovidas no bairro Tenoné, a qual propôs a ressignificação e requalificação de uma área vulnerável às práticas de violência urbana e ociosa. Diante disso, busca-se fomentar discussões sobre os resultados e o potencial de ações colaborativas como base para debater a ressignificação de espaços livres públicos em áreas periféricas. Para alcance dos objetivos, realizaram-se visitas exploratórias para aplicação de entrevistas e observação do ambiente construído para que, dessa forma, fosse possível compreender o processo de intervenção urbana e o alinhamento às necessidades dos usuários e a identidade/contexto do lugar.

**Palavras-chave:** Intervenção urbana; Espaços livres; Paisagem urbana.

---

1 Acadêmico de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria.

2 Universidade Federal do Pará. Mestre em arquitetura e urbanismo

3 Universidade Federal de Santa Maria

4 Universidade Federal de Santa Maria

**ABSTRACT**

Collaborative urban interventions in Belém/PA have a higher incidence in peripheral neighborhoods, where public open spaces for leisure are scarce or are deteriorated, degraded or without a social function. Therefore, the investment in collaborative actions can be associated with the mitigation of such urban problems aligned with the needs and interests of the population. The Tenoné neighborhood, located on the Augusto Montenegro highway, has its territory characterized by the lack of public leisure equipment's and a high sense of insecurity, factors that lead to popular initiative interventions with the purpose of activating idle areas with potential for occupation to improve the quality of the urban environment. Based on this, the article focuses on the analysis of the process of one of the collaborative urban interventions promoted in the Tenoné neighborhood, which proposed the redefinition and requalification of an area vulnerable to practices of urban violence and idleness. In light of this, we seek to promote discussions about the results and the potential of collaborative actions as a basis for debating the resignification of public open spaces in peripheral areas. In order to reach the objectives, exploratory visits were carried out to apply interviews and observe the built environment so that, in this way, it was possible to understand the urban intervention process and the alignment to the users' needs and the identity/context of the place.

**Keywords:** Urban intervention; Free spaces; Urban landscape.

**1. INTRODUÇÃO**

A natureza essencial da terra urbana é que ela é simultaneamente privada e pública, individual e coletiva, e que sua forma expressa a dinâmica entrelaçada das ações individuais habitacionais e comerciais, e ação coletiva por parte de diversos atores sociais. Devido a isto, a terra urbana é o principal campo onde a ausência de mecanismos coletivos de coordenação levam a disfuncionalidades infraestruturais na escala da cidade (SCOTT; STORPER, 2014).

Essas ausências e disfuncionalidades são exacerbadas em áreas urbanas constituídas por ocupações informais, com a insuficiência de estruturação de espaços públicos urbanos. As limitações da atual legislação urbanística que atua principalmente sobre os espaços privados, além da insuficiência econômica e institucional do poder público em projetar novos espaços públicos e manter os existentes, são motivações que predispõem determinadas áreas da cidade, principalmente áreas periféricas e de ocupação informal, a não terem espaços públicos estruturados e pensados de acordo com as necessidades da população local.

A intervenção urbana colaborativa no bairro do Tenoné foi idealizada como uma primeira experiência de intervenção para permitir à população local realizar melhorias em espaços urbanos subutilizados ou mal estruturados com a assistência técnica de um arquiteto, a partir de investimentos

da liderança comunitária do bairro. Considerando a área intervencionada analisada pelo presente artigo, o bairro do Tenoné, localizado na rodovia Augusto Montenegro, distante aproximadamente 15 quilômetros do centro de Belém/PA, pode ser considerado um bairro periférico com espaços públicos limitados apenas às vias. Esta é uma característica morfológica dos bairros localizados na rodovia Augusto Montenegro, sendo apenas 9% do total da área são constituídas por condomínios fechados, 25% por conjuntos habitacionais e 66% é constituído de ocupações espontâneas ou loteamentos irregulares (SOUZA, 2016). A aferição empírica destes dados, associados à lideranças comunitárias atuantes, permitiram que uma intervenção urbana colaborativa fosse uma possibilidade para atender à população residente.

As intervenções urbanas colaborativas defendem a participação direta da população urbana local para a concepção de espaços urbanos públicos, atendendo a demandas comunitárias, assessoradas por profissionais técnicos capacitados para atender as normas urbanísticas e outras exigências legais (ARAÚJO et al., 2019). A relação dos atores sociais com a concepção da intervenção urbana atua como uma oportunidade do cidadão em se reconhecer como parte da comunidade e se apropriar do espaço público, sendo um primeiro passo para a ressignificação do espaço público que vá além do direito ir e vir.

A ressignificação de um espaço público pode ser compreendida como uma transformação da forma do ambiente urbano a ser interpretada pela percepção e cognição dos cidadãos, unindo representações espaciais a conceitos e valores não espaciais. Lynch (2007) explica que a relação do espaço urbano com os cidadãos depende da forma urbana e características e experiências pessoais únicas de cada cidadão. Todavia, é possível ressaltar a identidade local como uma constante que tem origem biológica comum na nossa percepção e cognição, a partir de experiências comuns do mundo real e costumes culturais de uma população que habitualmente utilizam um local específico para realizar uma atividade. No caso da intervenção colaborativa urbana, as benfeitorias realizadas pela própria população em um espaço urbano comum, acompanhadas de um empoderamento sobre as decisões projetuais, criam um possível vínculo da comunidade à um espaço antes preterido.

O presente artigo se propõe a apresentar o processo de intervenção urbana colaborativa em um espaço ocioso situado no bairro do Tenoné e, por meio disso, discutir como intervenções urbanas colaborativas podem ressignificar espaços públicos na periferia de Belém, considerando a participatividade da população residente do entorno da área em intervenção como um parâmetro relevante a ser observado. A metodologia utilizada é uma análise de estudo de caso com entrevista semiestruturada além dos registros fotográficos da execução da intervenção urbana colaborativa junto à comunidade dos moradores do bairro do Tenoné.

## 2. METODOLOGIA

O presente artigo propõe uma análise qualitativa de um estudo de caso em urbanismo tático como prática de intervenção urbana colaborativa em espaços livres públicos<sup>5</sup> no bairro Tenoné, região periférica de Belém/PA. À luz disso, o delineamento da pesquisa consiste na realização de visitas exploratórias para leitura da paisagem e compreensão do processo de intervenção urbana, de forma a investigar os usos, apropriações, conflitos socioambientais, assim como as fases correspondentes ao processo de intervenção urbana, respectivamente. Os métodos aplicados para coleta de dados e que contribuíram para o alcance do objetivo da pesquisa foram entrevistas semiestruturadas e observação direta do ambiente construído.

O contexto pandêmico provocado pela disseminação do coronavírus (Sars-CoV-2) resultou em uma série de adaptações no protocolo para coleta de dados pautadas em orientações sanitárias preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde do Brasil. Portanto, adotou-se aos métodos de pesquisa protocolos para prevenção ao coronavírus que consideraram o distanciamento social, o uso de proteção facial e a redução no número de voluntários nas pesquisas presenciais com seres humanos. Ainda assim, não houve comprometimento quanto aos dados coletados, mas sim uma análise breve que proporcionou resultados não contundentes, mas que podem ser continuados ou contestados em pesquisas futuras.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas à distância e presencialmente com 12 moradores e uma liderança comunitária, ambos envolvidos nas fases do processo de intervenção urbana. Para as entrevistas remotas, optou-se pela comunicação com os voluntários da pesquisa por aplicativo de mensagem instantânea (*Whatsapp*) e por chamadas de voz; por outro lado, as entrevistas presenciais foram aplicadas com o seguinte protocolo: distância de 2 metros entre o entrevistador e o voluntário, uso constante de máscara de proteção facial e reduziu-se o número de possíveis entrevistados, de forma a priorizar as pessoas que participaram diretamente da intervenção.

As entrevistas foram estruturadas conforme o objetivo da pesquisa, exposto no primeiro parágrafo. Os voluntários foram questionados com as seguintes perguntas: “quais razões levaram a vizinhança à intervir no bairro?”, “qual foi sua participação no processo de intervenção?”, “como o projeto foi discutido?”, “como o projeto foi executado?”, “como será a manutenção do ambiente construído?”, “quais as limitações identificadas por vocês até chegar no produto final?”, “quais as

---

<sup>5</sup> Os espaços livres são todos os espaços sem edificação, podendo ser públicos ou privados, com presença ou ausência de vegetação (MAGNOLI, 1982; 2006). Praças, parques, áreas vegetadas, quintais, áreas produtivas, terrenos baldios, ruas, calçadas e outros, são espaços livres com importância para as cidades. Destaca-se o seu papel social, podendo ser o espaço do festejar, manifestar, conviver e socializar. O espaço livre é naturalmente permissor da esfera pública, da diversidade e multiplicidade dos grupos sociais e seus interesses. Estudos diversos (MACEDO et al., 2018) têm demonstrado que os espaços livres representam o maior percentual de área, em comparação às áreas edificadas, nas cidades brasileiras. Assim, tem grande potencial para o planejamento da paisagem e também para o cotidiano do bairro.

expectativas em relação ao ambiente construído?”. Diante disso, os resultados da pesquisa apontaram os principais fatores que provocaram a ação colaborativa, detalharam o processo de intervenção urbana por meio da experiência e participação de diversos atores sociais e expuseram percepções diferentes sobre as expectativas em relação ao ambiente construído colaborativamente.

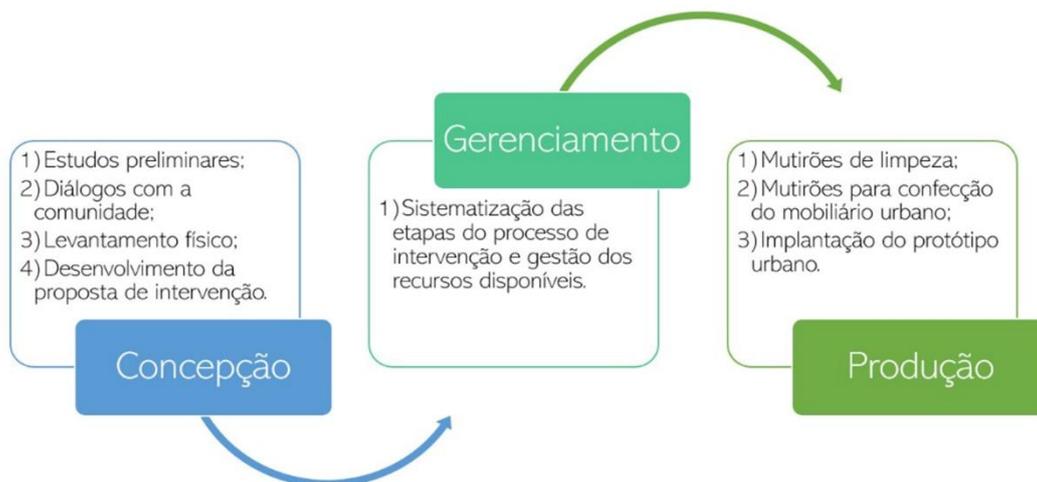
A observação direta aplicada à pesquisa consiste no acompanhamento de parte do processo de intervenção urbana sem o envolvimento direto do autor nas fases de concepção, produção ou gerenciamento. Com isso, objetiva-se formar uma percepção técnica sobre o processo observado para cruzar com os dados coletados em entrevistas. Conforme comentado, adota-se um protocolo alinhado às diretrizes sanitárias promulgadas no contexto de pandemia, no qual reforça-se: o distanciamento social e o uso de máscaras de proteção facial. Concomitante à observação direta, realizou-se o levantamento fotográfico com o propósito de documentar e acompanhar as etapas e a evolução do processo de intervenção urbana, respectivamente.

Os dados coletados foram tabulados e formados quadros que sintetizam a participação de cada ator social em cada etapa do processo de intervenção urbana colaborativa. Outra parte do material foi aproveitada no corpo do texto para apresentar o processo de intervenção e fundamentar um ponto de vista crítico em relação ao exposto.

### 3. PROCESSO DE INTERVENÇÃO URBANA COLABORATIVA

Esta seção apresenta o resultado da investigação sobre o processo de intervenção urbana colaborativa no bairro Tenoné, o qual é apresentado de forma sistemática e crítica. Para tanto, realiza-se antes uma breve contextualização sobre o bairro em estudo para compreender os principais conflitos e potencialidades na paisagem do bairro e, assim, entender as justificativas dos moradores em relação à intervenção urbana.

**Figura 1: Diagramação do processo de intervenção urbana colaborativa no bairro Tenoné.**



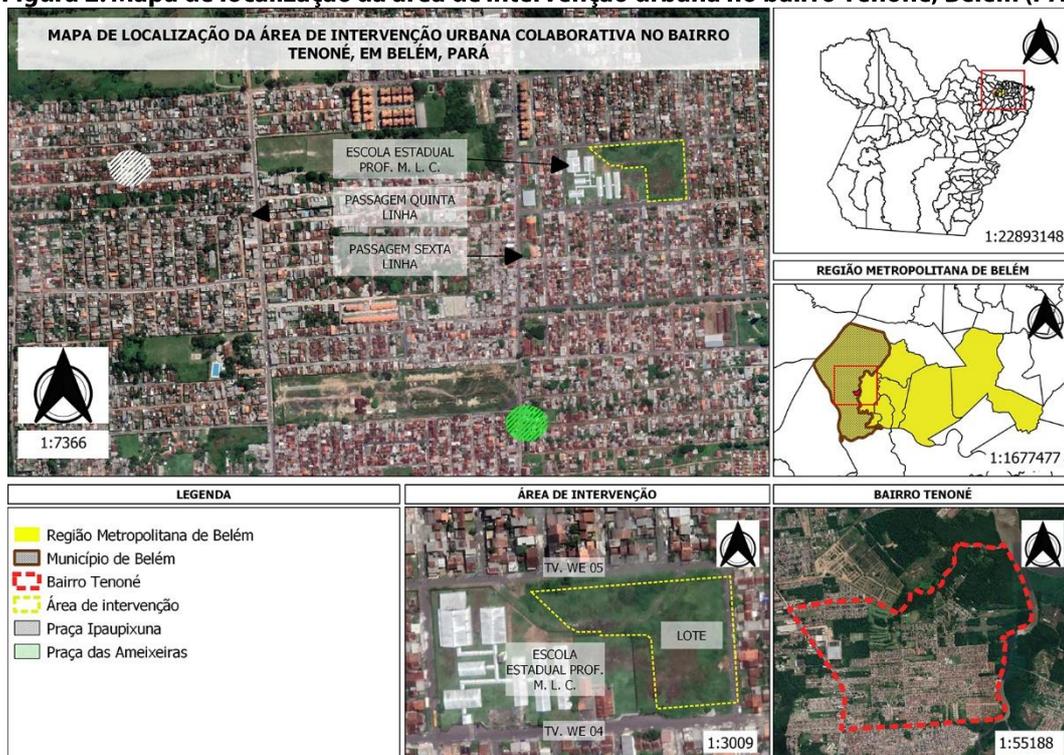
Fonte: elaborado pelos autores.

A sistematização do processo de intervenção urbana (Figura 1) apresentado nesta seção considera as seguintes etapas: (1) fase de concepção, referente a idealização e planejamento do ambiente; (2) fase de produção, na qual se aborda desde os mutirões para preparação do sítio e confecção do mobiliário urbano à execução do protótipo urbano; (3) gerenciamento, referente à organização, condução e acompanhamento das etapas de projeto, cuja finalidade é garantir os resultados previstos. No geral, todas enfatizam a análise sobre o aspecto participativo atribuído à cada fase do processo e o engajamento da comunidade.

### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO TENONÉ E DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O bairro Tenoné, localizado no Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), é delimitado à Norte pelo bairro Águas Negras, à Sul pelo Conjunto Jardim Maguari (bairro Coqueiro), à Leste pelo Rio Maguari (Fronteira com o município de Ananindeua) e à Oeste pela Rodovia Augusto Montenegro (Figura 2). Contido nas Zonas do Ambiente Urbano 4 e 6 (Setor IV), de acordo com o plano diretor de Belém (2008), o território onde se realizou a intervenção é caracterizado pela predominância residencial, atividades econômicas dispersas, grandes áreas ociosas e exiguidade em equipamentos públicos (BELÉM, 2008).

**Figura 2: Mapa de localização da área de intervenção urbana no bairro Tenoné, Belém (PA).**



Fonte: elaborado pelos autores a partir da base de dados do Google Earth (2021).

Em geral, a paisagem urbana do bairro Tenoné possui contrastes provocados pelos padrões de ocupação na região (condomínios, conjuntos habitacionais e ocupações espontâneas) que acentuam a segregação socioespacial e evidenciam as desigualdades no acesso a equipamentos

públicos de lazer. Isso se confirma ao observar a estrutura atribuída a condomínios fechados que dispõem de praças e outras áreas de convivência em comparação à estrutura urbana de conjuntos habitacionais ou em áreas de ocupação espontânea, onde os espaços públicos de lazer não assistem à população ou não existem.

Conforme o Anuário Estatístico de Belém divulgado pela Prefeitura de Belém (2020), com base em dados do ano de 2016, o bairro Tenoné possui uma única praça, a Praça das Ameixeiras, localizada na Rua das Orquídeas com Passagem Sexta Linha (CEP 66820-170). No entanto, por meio da análise de imagens de satélite entre os anos de 2016 e 2021, realizada a partir da base de dados do *Google Earth*, não foi identificado nenhum logradouro público, mas sim residências e comércios de pequeno porte. À luz disso, acredita-se que a atualização do Anuário Estatístico de Belém não se fundamentou em visitas técnicas no bairro Tenoné ou houve erro operacional ao transcrever as informações referentes à denominação ou localização do logradouro público.

**Figura 3: Praça do Ipaupixuna, no bairro Tenoné, após a reforma pela Prefeitura de Belém.**



Fonte: elaborado pelos autores a partir do acervo pessoal de Claude Lago (2020).

Em 2020, conforme o Portal Roma News (2020), a Prefeitura de Belém executou a reforma e manutenção em diversas praças da cidade, inclusive na Praça Ipaupixuna (não catalogada no Anuário Estatístico de Belém), localizada entre a Rua 1 e a Rua 2 (Quadra D) do bairro (Figura 3). Ao contrário da praça citada no parágrafo acima, a Praça Ipaupixuna é encontrada em imagens de satélite e pode ser visualizada pelo *Google Street View*. Em linhas gerais, o espaço de aproximadamente 1140 m<sup>2</sup> (mil cento e quarenta metros quadrados) é composto por bancos em concreto, lixeiras, caixa d'água, quadra esportiva, academia ao ar livre e *playground* e um centro comunitário. A praça dista cerca de 1090 m (mil e noventa metros) da área de intervenção e caracteriza-se pela arborização pontual, poucas áreas permeáveis e pelas condições de acessibilidade espacial baixas.

### 3.1.1 JUSTIFICATIVAS

A área de intervenção possui cerca de 13.500 m<sup>2</sup> (treze mil e quinhentos metros quadrados) e é delimitada pelas Travessas WE 04 e WE 05, Ruas SN 02 e Rua SN 07 e pela escola estadual Prof. Manoel Leite Carneiro, no bairro Tenoné. Caracteriza-se pela falta de estrutura em suporte à acessibilidade espacial (Figura 4) e ao uso do lugar como praça (calçadas, ciclovia, rampas de acessibilidade e mobiliários urbanos como bancos, mesas, lixeiras, postes de iluminação etc.);

arborização pontual; entorno predominantemente residencial e de atividades econômicas dispersas; e por conflitos socioambientais decorrentes do despejo de lixo orgânico e reciclável (pneus, garrafas PET etc.).

**Figura 4: Espaço ocioso no bairro Tenoné: imagens de antes da intervenção urbana.**



Fonte: elaborado pelos autores a partir da base de dados do Google Street View (2019).

Como comentado, a intervenção urbana colaborativa realizada em agosto de 2020, no contexto de pandemia, teve como objetivo qualificar uma área ociosa como estratégia para mitigar problemáticas emergentes na localidade: acúmulo de resíduos sólidos, violência urbana e perda da função social do espaço urbano. Para Silva (2016, p. 7), “algumas das motivações do urbanismo tático podem ser caracterizadas como uma reação às práticas atuais de planejamento espacial e desenho urbano, baseadas em regras rígidas e longos procedimentos burocráticos”. Dessa forma, o projeto busca se alinhar às necessidades e interesses da população para modelar o espaço de lazer que passa a contar com *playground*, jardim, área de jogos e convivência.

A proposta busca proporcionar maior segurança aos moradores da vizinhança, principalmente às crianças, as quais antes realizavam atividades lúdicas na via pública, compartilhando o mesmo espaço com o trânsito de veículos e ciclistas, em uma situação de perigo iminente para os moradores. Também busca minimizar a frequência de assaltos e consumo de entorpecentes nas imediações da área de intervenção a partir do uso constante do espaço de lazer, possível a partir da diversidade de uso atribuída ao projeto. A proposta também visa melhorar a paisagem e qualidade do ambiente urbano ao propor uma alternativa ao lazer no bairro, de forma a contribuir na redução das desigualdades na distribuição de equipamentos públicos na cidade de Belém, na saúde e bem-estar da população. Conforme Couto (1981), a função social dos equipamentos comunitários na contemporaneidade caminha ao encontro do equilíbrio social, político, cultural e psicológico de uma população.

### 3.2 URBANISMO TÁTICO E PARTICIPATIVIDADE

Esta seção faz uma abordagem sobre o termo urbanismo tático, visto que a intervenção urbana colaborativa realizada no bairro Tenoné possui características em seu processo que nos permite associá-la a práticas em urbanismo tático, as quais serão argumentadas nos próximos parágrafos. Nesse sentido, promove-se também um debate sobre participatividade em projetos de

urbanismo com o propósito de facilitar a compreensão dos argumentos críticos dos autores em relação ao analisado nas fases do processo de intervenção urbana em relação a participação da população.

Quando Silva (2016) comenta da rigidez do planejamento espacial e de que o urbanismo tático surge como uma reação a essas práticas, é necessário recordar que a ruptura do planejamento de visão tecnocrática tem se tornado possível pelas lutas dos movimentos sociais, que também legitimam a participação popular.

No final da década de 1980 no Brasil, com a redemocratização, a criação da Constituição de 1988 é marco de reformas políticas e institucionais no país. São oficializadas as políticas de participação popular, já fortalecidas pelos movimentos sociais que se formaram desde os anos anteriores ao golpe militar. A luta pela democracia culminou com uma série de instrumentos urbanísticos criados, os quais entraram em vigor com o Estatuto da Cidade em 2001.

A garantia de participação popular foi estabelecida para todas as esferas decisórias de interesse público; e foram visibilizadas e legitimadas as demandas dos grupos sociais, contribuindo para a gestão democrática das cidades, apesar dos muitos desafios. A participação e fortalecimento da sociedade deve ser incentivada, sendo frequentes as discussões sobre a importância da participação na perspectiva do projeto de arquitetura e urbanismo, a exemplo dos trabalhos de Arantes, Vainer e Maricato (2000) e Villaça (2005). A participação é chave para intervenções urbanas, e é a base das intervenções urbanas colaborativas e do urbanismo tático.

A participação e construção colaborativa de espaços urbanos objetivam atendimento às demandas comunitárias bem como ao caráter técnico exigido pelos órgãos de controle e planejamento da cidade. A conexão dos atores que atuam no processo de construção urbana se faz eficiente quando proporciona a abertura aos interesses e necessidades diversos, empoderando efetivamente os usuários do espaço como parte ativa no processo de transformação. Tais usuários, ao estarem inseridos nas atividades decisórias, sentem-se reconhecidos, contemplados e integrantes da comunidade (ARAÚJO et al., 2019, p. 76).

O urbanismo tático é uma alternativa ao modelo de planejamento urbano tradicional e pode ser definido como uma ferramenta de intervenção urbana de resposta rápida ao problema, de discussão e pesquisa sobre o ambiente urbano. Caracteriza-se como uma intervenção de baixo custo, produção flexível, efêmera e participativa (LYNDON; GARCIA, 2015; HAMRA, 2018). Para Araújo, Donoso e Cavaleiro (2021, p. 18), “a perspectiva colaborativa, associada a esta metodologia de intervenção, é entendida como alternativa e avanço ao método tradicional de planejamento urbano, geralmente burocrático e autoritário”.

O urbanismo tático tem sido disseminado no mundo como uma abordagem que utiliza ações de curto prazo e de baixo custo para demonstrar possibilidades de transformação de longo prazo nas cidades. É defendida como um tipo de ação que envolve engajamento comunitário, na qual cidadãos, com suas próprias mãos,

iniciam processos de enfrentamento de questões urbanas que os afetam, em um contexto de ineficiência dos governos e de escassez de recursos (FONTES, 2021, p. 2).

As práticas em urbanismo tático tendem a ser experimentais, mas em alguns casos são realizadas e disseminadas como intervenções permanentes para solução de determinado problema. De acordo com o observado no contexto urbano de Belém, essa percepção sobre o urbanismo tático é recorrente em intervenções sem assessoramento técnico. Para Nogueira e Portinari (2016, p. 180), “[...] estas práticas podem assumir natureza efêmera ou permanente, mas em todo caso estão destinadas a informar a planificação urbana de longo prazo [...]”.

Em relação ao já exposto nesta seção, Andrade e Sonda (2017, p. 5) consideram esse tipo de intervenção urbana como “[...] alternativas de ocupação do espaço tanto em áreas centrais, como áreas periféricas, áreas ociosas ou então mal utilizadas, entre outras”. Para Hamra (2018, p. 64, grifo nosso), o urbanismo tático “engloba as transformações urbanas pontuais e consistentes que tenham como intuito não a sua consolidação em si, mas o início de **um novo padrão de comportamento ou debate sobre determinada questão**”.

### 3.3 SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO URBANA

Esta seção busca apresentar o processo de intervenção urbana em três fases: concepção, produção e gerenciamento com ênfase na participatividade da população. Isto posto, expõe-se os principais pontos da intervenção urbana colaborativa que permitirão compreender as potencialidades e entraves do processo de projeto. Além disso, apresenta-se informações breves sobre a manutenção e relação dos usuários com o ambiente construído.

A ideia de realizar uma intervenção urbana parte da inquietação da população diante dos problemas argumentados anteriormente neste artigo, da inércia da gestão pública municipal em agir emergencialmente para mitigar as problemáticas locais e da necessidade em atribuir ao espaço ocioso uma função social, visto que o contexto de pandemia provocou a aproximação da população em relação aos espaços de lazer no bairro. A partir disso, comunicou-se à liderança comunitária sobre as ideias iniciais para a ocupação da área e, posteriormente, foi feito o contato com o arquiteto e urbanista que atuou por meio da prestação de assessoramento técnico. No entanto, a intervenção urbana já estava na fase de produção, é por essa razão que se acredita que as orientações técnicas não foram totalmente consideradas pela comunidade ou rebatidas.

As fases do processo de intervenção são discutidas em grupo e consistem em pautas que buscam enfatizar as necessidades e interesses da população, são elas: o planejamento de áreas para atividades lúdicas (*playground* e quadra esportiva) e de convivências para os demais grupos de moradores; estratégias para manter o espaço seguro, de forma a reduzir assaltos e uso de drogas no perímetro; estratégias para garantir o acesso aos mobiliários urbanos e ocupação de toda a extensão

do lote; por fim, pensar na manutenção do ambiente construído a curto e longo prazo. No entanto, como pode ser constatado em cada fase a seguir, nem todos os moradores ou atores sociais eram representados nas etapas do processo de intervenção, o que influenciou no resultado da intervenção.

As reuniões aconteciam por grupos em aplicativos de mensagem instantânea (*Whastapp*) e presencialmente entre a líder comunitária e os moradores engajados na ação colaborativa. As discussões eram importantes para entender as demandas da comunidade e filtrá-las de acordo com o orçamento e suporte operacional disponível para execução do protótipo urbano.

A partir desse momento, quem coordenava o grupo de moradores e orientava até o resultado final a intervenção urbana era a líder comunitária que, neste período, era vereadora do Município de Belém<sup>6</sup>, posição que facilitou a comunicação com órgãos públicos e aumentou as expectativas da população em relação ao produto final da intervenção. Gomes et al. (2019, p. 45) afirma que a aliança entre a comunidade e a figura política engajada no processo de construção produz “[...] intervenções que buscam a eficácia da dinâmica dos acontecimentos urbanos atuais, onde as pequenas produções sobre o espaço são capazes de impactar e se tornar uma das formas dominantes de intervenção na cidade”.

Em geral, por se tratar de um projeto colaborativo, faz-se necessário apresentar neste parágrafo de introdução os voluntários envolvidos no processo de intervenção e a função assumida ou atribuída a cada um, são eles: uma liderança comunitária, moradores do entorno da área de intervenção (representados por gênero e faixa etária) e do autor na figura técnica, arquiteto e urbanista.

- Líder comunitário: mulher, vereadora de Belém entre 2018 e 2020 e diretora do colégio de ensino fundamental Centro Educacional Vovó Paula. Atuou no gerenciamento da intervenção urbana no bairro Tenoné e em outras no bairro Coqueiro, disponibilizou recursos financeiros e equipe operacional para contribuir nas etapas do processo de intervenção e se responsabilizou em assumir a autoria da intervenção perante a Secretaria de Urbanismo (SEURB) ou a Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA).
- Moradores: são representados por homens e mulheres de grupo etários diversos (crianças, adultos e idosos), porém, com participações diferentes, detalhadas mais à frente.
- Arquiteto e urbanista: acompanhou a líder comunitária na intervenção urbana no Conjunto Jardim Maguari, no bairro Coqueiro, em Belém/PA, apresentada no artigo “Processo de intervenção urbana colaborativa no centro comercial do Conjunto Jardim Maguari, em

---

<sup>6</sup> Não se pode afirmar que a ação gerenciada pela vereadora foi uma ação política, mesmo que o ano de execução (2020) corresponda ao pleito para eleição de novos vereadores à câmara municipal de Belém, mas é uma possibilidade que deve ser exposta. Porém, não deixa de ser uma ação filantrópica, uma entre várias outras que a líder comunitária promove há anos no bairro Coqueiro e Tenoné, principalmente.

Belém, Pará” de autoria de Araújo, Donoso e Cavaleiro (2021). É por essa razão que foi convidado a contribuir na intervenção no bairro Tenoné, uma vez que o trabalho conjunto proporcionou resultados pertinentes. No entanto, sua participação foi breve e com pouca autonomia.

### 3.3.1 FASE DE CONCEPÇÃO

A fase de concepção consiste em estudos exploratórios e ensaios criativos para desenvolvimento do partido de projeto em conjunto com a comunidade por meio da comunicação direta entre a líder comunitária e moradores da região. Podem ser consideradas etapas desta fase: estudos preliminares, diálogos com a comunidade, levantamento físico e o desenvolvimento do partido do protótipo urbano.

- Estudos preliminares (etapa 1). Nesta etapa deveria ter sido realizada uma análise urbana participativa para elaboração de um diagnóstico urbano que orientasse as diretrizes e objetivos do projeto como forma de atender as reais necessidades da população e não centrar nos interesses de grupos isolados. De acordo com as entrevistas aplicadas, esta etapa não foi realizada, assim como não houve a participação de nenhum técnico ou consentimento/ciência de órgãos públicos como a Secretaria de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB) e a SEURB.
- Diálogos com/entre a comunidade (etapa 2). Método complementar ao anterior e que permitiu maior participação da população nas tomadas de decisão. Esta etapa complementar envolveu a participação da comunidade, adultos e idosos, em conjunto com a líder local. Entretanto, não houve uma abordagem didática para inclusão de crianças e adolescentes nesse diálogo, mesmo que parte do mobiliário urbano implantado seja de uso infantil.
- Levantamento físico (etapa 3). Essa etapa considera a medição da área de intervenção, detalhamento e localização dos componentes ou unidades da paisagem para desenho da planta baixa. No entanto, não houve a participação de nenhum técnico na fase concepção. Portanto, esta etapa também não foi concluída, de forma a influenciar no uso do solo, concentrando mobiliários urbanos em uma única região, assim, continua-se a ter áreas ociosas no terreno.
- Desenvolvimento da proposta de intervenção (etapa 4). Nesta etapa o projeto piloto foi desenvolvido de forma participativa, mas não inclusiva, de acordo com o elucidado nas entrevistas. Nesta etapa não foi considerada a participação de crianças, adolescentes e de arquitetos e urbanistas, fase esta onde o aporte técnico e teórico tem contribuição significativa para o desenvolvimento de uma proposta funcional e coesa ao contexto local.

**Quadro 1: Categorização quanto à participação da comunidade no processo de intervenção urbana na fase de concepção.**

ATORES SOCIAIS		ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4	CATEGORIZAÇÃO
<b>Comunidade e voluntários</b>	Crianças					NULA
	Adolescentes					NULA
	Adultos		●		●	MODERADA
	Idosos		●		●	MODERADA
<b>Figura política</b>			●		●	MODERADA
<b>Arquitetos e Urbanistas</b>						NULA

Fonte: elaborado pelos autores.

O Quadro 1 apresenta uma síntese em relação à participatividade da população (subdividida em grupos de atores sociais) na fase de concepção do projeto e categoriza as informações de acordo com o grau de colaboração em razão das etapas do processo de projeto concernente a esta fase, podendo ser: **nula**, sem atuação; **moderada**, participação parcial; e **ativa**, atuação em todas as etapas do processo.

### 3.3.2 FASE DE GERENCIAMENTO

O objetivo do gerenciamento de projeto é racionalizar o processo para alcançar ou exceder os resultados previstos a partir de uma associação de métodos, conhecimentos e ferramentas que operam em conjunto para garantir o bom desempenho das atividades relacionadas ao processo de projeto (PMI, 2000). Vargas (2000) considera benefícios do gerenciamento de projeto aplicado ao estudo de caso, desde que delegado por pessoas com domínio sobre sua metodologia, os seguintes pontos: (1) organização e previsão de gastos/investimentos para controle e gestão financeira dos recursos disponíveis; (2) prever possíveis problemas ou dificuldades para planejar alternativas que garantam a fluidez no processo de projeto; (3) facilitar e orientar revisões no projeto comuns no decorrer do processo de projeto.

Como comentado, a líder comunitária se responsabilizou pelo gerenciamento das etapas do projeto, por financiar e disponibilizar sua equipe para construção coletiva do espaço. Além disso, outras lideranças do bairro e voluntários também contribuíram para a gestão do projeto, mas em menor proporção e com menos influência nas tomadas de decisão. Isto significa que se notou certa arbitrariedade por parte da líder comunitária em decisões que deveriam ser coletivas, por mais que sempre fossem discutidas em grupo antes. Por outro lado, o projeto foi sistematizado e executado sem muitos problemas, gastos ou transtornos à comunidade.

### 3.3.3 FASE DE PRODUÇÃO

Esta fase consiste na produção do mobiliário urbano (Figura 5), o que envolve a organização de mutirões para limpeza do espaço público e confecção dos elementos paisagísticos. Ressalta-se que o arquiteto iniciou sua contribuição nesta fase, pois antes disso não se tinha conhecimento sobre a ação colaborativa no bairro. A participação de outros atores sociais foi marcada pela representatividade, cooperação e engajamento social. Foram etapas dessa fase:

- Mutirão de limpeza (etapa 5). Refere-se aos serviços capinação, roçagem e remoção de resíduos sólidos na área de intervenção para nivelamento do terreno como preparação para a implantação do leiaute proposto;
- Mutirão de confecção do mobiliário urbano (etapa 6). Nesta etapa foram produzidos bancos, mesas, jardineiras, lixeiras, balanços, casinhas infantis, entre outros, a partir do aproveitamento de materiais em potencial e frequentemente descartados de forma irregular como pneus, *pallets* e garrafas PET, de forma a promover educação ambiental por meio da construção colaborativa do espaço público;
- Implantação da proposta (etapa 7). Refere-se à espacialização e fixação do mobiliário produzido.

**Figura 5: Produção colaborativa *in loco* de uma casinha infantil para o playground**



Fonte: acervo dos autores.

**Quadro 2: Categorização quanto a participação da comunidade no processo de intervenção urbana na fase de produção.**

ATORES SOCIAIS		ETAPA 5	ETAPA 6	ETAPA 7	CATEGORIZAÇÃO
<b>Comunidade e voluntários</b>	Crianças	●	●	●	ATIVA
	Adolescentes	●	●	●	ATIVA
	Adultos	●	●	●	ATIVA
	Idosos	●	●	●	ATIVA
<b>Figura política</b>		●	●	●	ATIVA
<b>Arquitetos e Urbanistas</b>		●	●	●	ATIVA

Fonte: elaborado pelos autores.

O quadro 2 sintetiza a participação de cada ator social nesta fase do processo de intervenção com base na mesma classificação atribuída ao quadro anterior.

A participação do arquiteto e urbanista foi solicitada nesta fase a partir do convite feito pela líder comunitária para colaborar com base no conhecimento teórico e técnico para espacialização do mobiliário urbano produzido e orientações para aproveitamento do espaço livre. Outros grupos que também ganharam visibilidade nesta fase foram as crianças e adolescentes (Figura 3) que, conforme os níveis de participação definidos por Rogert Hart (1992), nesta etapa do processo, participaram de forma breve, sendo apenas consultadas sobre seus interesses com o espaço. Em geral, todos os atores sociais identificados nesse processo tiveram participação ativa nessa fase, no entanto, em relação às crianças, nem sempre os apontamentos feitos eram considerados pela líder comunitária ou pelos moradores.

A participação das crianças é um meio de aprendizagem com valor em si mesmo e um direito fundamental da infância que reforça os valores democráticos. São várias as escalas e possibilidades de participação das crianças e são variadíssimas as teorias sobre tal participação, algumas das quais têm tido uma influência decisiva nos programas e nas práticas internacionais (TOMÁS, 2017, p. 56).

### 3.3.4 MANUTENÇÃO

A manutenção do ambiente construído após a intervenção urbana é importante para a conservação do espaço ao uso. Isso inclui serviços de roçagem, pintura, inserção de novos mobiliários urbanos e consertos em geral, conforme a demanda da comunidade. As entrevistas realizadas revelam que os mesmos voluntários (moradores) da ação colaborativa se responsabilizam por este serviço que acontece periodicamente. A Figura 6 mostra a conservação do espaço 1 ano após realizada a intervenção.

**Figura 6: Intervenção urbana colaborativa no bairro Tenoné um ano após a implantação.**



Fonte: elaborado pelos autores a partir de acervo dos moradores (2021).

#### 4. RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa por fase de projeto, de forma a sistematizar e enfatizar o aspecto participativo em cada uma delas. A Figura 7 complementa os resultados descritos nos próximos parágrafos ao demonstrar por comparação de imagem as transformações na paisagem local provocadas pela intervenção urbana. Ressalta-se que projeto não ocupou todo o lote por ser extenso, mas gradualmente a população firmou o compromisso de avançar com pequenas intervenções pontuais.

**Figura 7: Comparação entre antes e depois da intervenção urbana no bairro Tenoné, em Belém.**



Fonte: elaborado pelos autores a partir da base de dados da Google Street View (2020).

A primeira fase é onde se identificam os problemas maiores decorrentes, principalmente, do não aproveitamento de etapas complementares para elaboração do diagnóstico urbano para orientação de planejamento e uso do espaço público, estudos preliminares e levantamento físico. Ressalta-se também a desconsideração de atores sociais associados diretamente ao público-alvo da intervenção, crianças e adolescentes, isto porque a maior parte dos equipamentos e mobiliários urbanos são destinados a esses grupos.

Silva (2016, p. 5) defende que “a ideia de que as práticas de urbanismo tático são processos típicos de baixo para cima está se tornando um tópico de discussão. Em alguns casos, não parecem envolver comunidades inteiras, mas grupos muito específicos”. A participação da população nesse processo deveria ser democrática para que os resultados da intervenção fossem os mais coesos

possíveis com o contexto social de determinado território. No entanto, o que se observa são intervenções que envolvem grupos isolados devido, principalmente, às discordâncias entre pessoas de uma mesma vizinhança. Dessa forma, algumas intervenções focam em suprir as necessidades apenas desses grupos, as quais podem ou não corresponder a um interesse coletivo.

Alguns exemplos da observação feita no parágrafo anterior são: (1) não havia proposta para implantação ou adaptação de campos de futebol, esporte antes praticado em via pública e solicitado pelas crianças da vizinhança, apesar de haver área suficiente para sua locação; (2) ausência de barreiras físicas na área de *playground*, o que pode vir a comprometer o controle sobre crianças e a sua própria segurança; (3) a falta de ergonomia em mobiliários urbanos (bancos e mesas) que não consideram condições fisiológicas de crianças e pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirantes no ambiente construído.

O gerenciamento de projeto, com base na contextualização feita sobre sua função e objetivos, mostra-se como ferramenta importante para a fluidez do processo de intervenção e organização, principalmente financeira, fator imprescindível para execução e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Em relação à intervenção, o gerenciamento se concentrou na fase de produção, em razão do apoio financeiro concedido para o projeto.

A terceira fase é a que se aproxima mais das características associadas ao urbanismo tático enquanto ferramenta participativa de intervenção urbana e que fomenta o ativismo cidadão em busca do direito à cidade. Em linhas gerais, analisa-se que a participação de diferentes atores sociais na fase de produção possibilita o fortalecimento de um vínculo maior entre a população e o ambiente construído, e permite o desenvolvimento do senso crítico, noção e produção do espaço urbano, de forma a promover a capacitação do grupo, o que pode ser interessante para a manutenção da área pública e, principalmente, reverberação de práticas colaborativas pelo entorno.

O produto da intervenção (Figura 4) é constituído pelos resultados acumulados das três fases consideradas, de forma que alcançar seu objetivo ao agregar uso a uma área ociosa no bairro do Tenoné por meio da construção de um espaço de sociabilização. Em contrapartida, desconsidera outros usuários (ciclistas, cadeirantes, deficientes visuais etc.), condicionantes e circunstâncias que possam vir a ocupar ou ocorrer naquele espaço de uso público.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções urbanas colaborativas por meio do urbanismo tático são processos urbanos recentes na perspectiva temporal associada aos modelos de planejamento urbano, mas que demonstram na prática potencial para recuperação e ocupação de espaços livres ociosos ou degradados no ambiente urbano. Tal resultado pode estar associado à participação ativa dos usuários

nas etapas do processo de intervenção urbana, inclusive nas tomadas de decisão. No entanto, precisa-se promover mais discussões sobre a inclusão de participatividade de atores sociais em ações colaborativas para torná-las mais democráticas e, conseqüentemente, gerar resultados mais próximos às necessidades do **coletivo** e não limitado aos interesses de um grupo específico.

A participação da líder comunitária no processo é importante por gerenciar a intervenção, vista a experiência adquirida em outra ação colaborativa por meio do urbanismo tático anterior a essa, e por financiar a produção e execução de um primeiro protótipo urbano, repassando aos moradores a responsabilidade de manter o espaço conservado após a finalização da intervenção. Por outro lado, a arbitrariedade em algumas tomadas de decisão comentadas no texto não vai ao encontro dos princípios do urbanismo tático, sendo este uma alternativa ao modelo tradicional de planejamento urbano, em que as tomadas de decisão são centradas na gestão pública/privada, corpo técnico e afins.

A participação das crianças nas fases do processo de intervenção é outro ponto que pode promover discussões pois, conforme estudos já realizados, podem agregar e ser muito positivas no projeto final e na continuação de tais práticas, desde que aproveitadas corretamente. Sendo assim, o aspecto participativo se confirma como um dos pontos mais sensíveis do processo de intervenção urbana colaborativa realizada no bairro Tenoné, o qual influenciou nas etapas de projeto e, conseqüentemente, no resultado final.

A intervenção urbana por meio do urbanismo tático qualificou uma área sem função social no bairro Tenoné a partir da iniciativa popular. Uma das justificativas da intervenção ser colaborativa era agregar valor afetivo ao espaço construído, além de criar uma alternativa ao lazer no bairro. Não foi possível aferir se o ambiente construído contribuiu para a mitigação de problemáticas urbanas locais e no aumento do senso de pertencimento e engajamento social em projetos colaborativos. Recomenda-se à trabalhos futuros que tenham como abordagem práticas em urbanismo tático a avaliação pós-ocupação do ambiente construído como avanço e aprofundamento na análise sobre o tema, de forma a extrair resultados mais contundentes. Etapa que não foi considerada para este artigo devido à elevação no risco de contaminação pelo coronavírus no contexto local, fator que também influenciou temporariamente na dinâmica do ambiente construído.

Até o momento, observa-se que o urbanismo tático se apresenta como alternativa à gestão do espaço urbano tangível à população, podendo também ser incluído como uma ferramenta educacional e participativa sobre problemas de ordem urbana e soluções práticas à serem discutidas e executadas pelos cidadãos, mediante a assistência de profissionais especializados e representantes do poder público. No entanto, é importante refletir sobre como essas ações estão sendo conduzidas na cidade à luz da formação de um território urbano menos desigual e democrático.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. M. de; SONDA, C. M. Propostas de intervenção nos vazios urbanos de Cascavel-PR. In: SIMPÓSIO DE SUSTENTABILIDADE E CONTEMPORANEIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 5., 2017, Cascavel. **Anais [...]** Cascavel: [s.n.], 2017, p. 1-13. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/594c0c9f8584d.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARAÚJO, K. F. de; DONOSO, V. G.; CAVALEIRO, L. R. dos S. Processo de intervenção urbana colaborativa no centro comercial do Conjunto Jardim Maguari, Belém, Pará. **Arq.Urb**, n. 31, 2021, p. 17-30. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/506>. Acesso em: 31 out. 2021.
- ARAÚJO, L. E. S.; BOMTEMPO, M. R.; MELO, D. B. V. de; COELHO, M. de C.; MARINHO, S. M. F. **Assistência técnica em urbanismo e habitação de interesse social: anotações de imersão da equipe técnica do CODHAB nas periferias do Distrito Federal - 2015-2018**. Brasília: IAB-DF, 2019.
- BELÉM. **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, [2008]. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano\\_diretor\\_atual/Lei\\_N865508\\_plano\\_diretor.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N865508_plano_diretor.pdf). Acesso em: 13 set. 2021.
- COUTO, S. A. F. **Manual teórico e prático do parcelamento urbano**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- FONTES, A. S. O processo de autogestão de Can Batlló, em Barcelona: uma feição radical do urbanismo tático. **Oculum Ensaios**. Campinas, v. 19, 2021, p. 1-22. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/4967>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- GOMES, J. D.; GOMES, L. D.; MELLO, M. M. C. Urbanismo tático e o direito à cidade. **Revista Políticas Públicas e Cidades**, Belo Horizonte, v.8, n.4, p. 40-51, 2012. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/388>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- HAMRA, J. E. C. **Urbanismo Bottom-Up: Sociedade em rede e processos de urbanização emergentes**. 2018. 198 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde31082018160155/publico/DissCorrigidaJoseEduardoHamra.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.
- HART, R. **Children participation: from tokenism to Citizenship**. Florence: UNICEF, 1992.
- LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism: short-term action for long-term change**. Washington: Island Press, 2015.
- LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. Lisboa (PT): Edições 70, 2007.
- MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; CAMPOS, A. C. de A.; GALENDER, Fany; CUSTÓDIO, Vanderli. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2018.
- MAGNOLI, M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.
- \_\_\_\_\_. Espaço Livre: objeto de Trabalho. **Paisagem e Ambiente**, (21), p. 175-198, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- NOGUEIRA, P. C. E.; PORTINARI, D. B. Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2016, p. 177-188. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign/article/view/29397>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- PREFEITURA DE BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2020. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). **Um Guia do Conjunto de Conhecimentos do Gerenciamento de Projetos (PMBOK® Guide)**. Pennsylvania: Project Management Institute, 2000.

- ROMA NEWS. **Praças em Belém passam por obras de construção e revitalização.** [S. l.], 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.romanews.com.br/cidade/pracas-em-belem-passam-por-obras-de-construcao-e-revitalizacao/87086/>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- SCOTT, A. J.; STORPER, M. *The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory.* **International Journal of Urban and Regional Research**, 39 (1). 2014. p. 1–15. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2427.12134>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- SILVA, P. *Tactical urbanism: towards an evolutionary cities' approach?* **Environment and Planning B: planning and design**. [S.l.], v. 43, n. 6, 2016, p. 1040-1051. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0265813516657340>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- SOUZA, R. D. P. de. **A área de expansão de Belém:** um espaço de múltiplas vivências. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://ppgau.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/documentos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Renata%20Durans%20Pessoa%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- TOMÁS, C. Participação não tem idade: participação das crianças e cidadania da infância. **Contexto e Educação**. [S.l.], Editora Unijuí, v. 22, n. 78, jul./dez. 2007, p. 45-68. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1065>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- VARGAS, R. V. **Gerenciamento de Projetos.** Rio de Janeiro: Brasport, 2000.
- VILLAÇA, F. **As ilusões do plano diretor**, Edição do autor, 2005. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/A%20ILUSAO\\_DO\\_PLANO%20DIRETOR.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/A%20ILUSAO_DO_PLANO%20DIRETOR.pdf). Acesso em: 31 out. 2020.